



RELATÓRIO DO 2º QUADRIMESTRE DO CONTROLE INTERNO

Período de referência: Maio a Agosto/2021

RESPONSÁVEL:

LUCAS BELLIZOTTI DO AMARAL MORENO
CONTROLADOR INTERNO

Av. Francisco Gimenes, 175, Centro - Pracinha- SP, CEP: 17790-000.
Fone/Fax: (18) 3552-1141 – pmpracinha@hotmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 67.662.007/0001-40

Ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Pracinha/SP

Sr. Maurilei Aparecido Dias da Silva

O Controle Interno da Prefeitura Municipal de Pracinha, no cumprimento de suas atribuições, atendendo ao disposto na Legislação vigente, artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigos 32, 35, 93 e 150 da Constituição do Estado de São Paulo, bem como o artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 38, parágrafo único, da Lei 709/93, Comunicado SDG 32/2012 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e artigo 67 e 68 da Lei Orgânica do Município de Pracinha, vem submeter a Vossa Excelência o **Relatório do 2º Quadrimestre do Controle Interno** do exercício de 2021, com ênfase nos principais resultados.

O objetivo desse relatório é manter o Exmo. Senhor Prefeito e os gestores municipais informados sobre a situação financeira atual, a execução orçamentária do 2º quadrimestre e demais atos de gestão. Dessa forma, o presente instrumento demonstra aspectos relacionados ao controle financeiro, orçamentário e patrimonial da Prefeitura Municipal de Pracinha, bem como, informações auxiliares às demonstrações contábeis e financeiras referentes ao período em análise, de forma objetiva e clara, sendo de fácil compreensão para os seus usuários.

Ressalto que conforme dispõe a lei orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em seu art. 26, **essa corte de contas poderá utilizar das informações e elementos apurados pelo Controle Interno**, especialmente os que constam neste relatório e nos que venham a ser emitidos, para cumprimento de suas funções e como subsídio para seu processo de fiscalização e julgamento de contas.

Pracinha, 22 de setembro 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 67.662.007/0001-40

SUMÁRIO

PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	5
Lei Orçamentária Anual – LOA	5
Plano de Mobilidade Urbana	6
Iluminação Pública	6
IDEB	7
Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM)	7
CONTROLE INTERNO.....	8
TRANSFERÊNCIAS À CÂMARA MUNICIPAL.....	9
Resultado do Cálculo do Repasse ao Legislativo	10
Da Lei do Orçamento para o Exercício 2021	10
Prazo Transferência do Duodécimo	11
PASEP.....	11
PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	12
DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)	12
PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO	13
PISO NACIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE	
COMBATE A ENDEMIAS	14
CONTABILIZAÇÃO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	14
Transferência da União	15
Transferência do Estado	15
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ANÁLISE FINANCEIRA	16
Despesas: Empenhadas, liquidadas e pagas	16
Despesa por Unidade Orçamentária	17
Comparativo Despesa 2020 x Despesa 2021	17
Receitas Arrecadadas.....	19
Comparativo Receita 2020 x Receita 2021	20
Comparativo entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.	21
Análise Financeira	22
Saldo Financeiro x Despesas a Pagar	22
DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS ADICIONAIS.....	23
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	24
TESOURARIA.....	25
Conciliação Bancária.....	25
Ordem Cronológica de Pagamentos	26
RECEITAS E DESPESAS COM COVID.....	26
Receitas.....	26
Despesas	27
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	27
APLICAÇÕES LEGAIS.....	28
Educação (25%).....	28
FUNDEB	28
Saúde (15%)	29
DESPESA COM PESSOAL	29

Av. Francisco Gimenes, 175, Centro - Pracinha- SP, CEP: 17790-000.

Fone/Fax: (18) 3552-1141 – pmpracinha@hotmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 67.662.007/0001-40

ADIANTAMENTO	30
DIÁRIA.....	30
ANÁLISE DE LICITAÇÕES.....	31
REPASSES AO TERCEIRO SETOR.....	34
JURÍDICO	34
Precatórios Judiciais	34
LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO E LEI DA TRANSPARÊNCIA	35
ENTREGA DE DOCUMENTOS.....	37
Informações a Previdência Social – GFIP/SEFIP	37
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	38
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados	39
Siope	39
Siops	40
RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária - SICONFI	41
RGF – Relatório de Gestão Fiscal - SICONFI	42
Documentos Audesp.....	42
MEIO AMBIENTE	44
Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.....	44
Plano de Saneamento Básico.....	44
Coleta Seletiva.....	44
RECURSOS HUMANOS	44
Férias	44
Vale Alimentação	45
Hora Extra.....	45
Subsídios dos Agentes Políticos	48
Contratação Cargo em Comissão	49
BENS DE CARÁTER PERMANENTE (PATRIMÔNIO)	49
PROTOCOLO	50
TRIBUTAÇÃO	51
ARQUIVO.....	51
PARECER DO CONTROLE INTERNO	52



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Lei Orçamentária Anual – LOA

A Lei Municipal nº 742/2020, dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual -LOA para o exercício 2021, dá análise da lei foi possível verificar que o Município de Pracinha estimou a receita e fixou a despesa em 12.227.000,00 (Doze milhões, duzentos e vinte e sete mil reais), assim divididos:

Executivo: R\$ 11.462.000,00

Legislativo: R\$ 765.000,00

Os programas previstos no PPA, LDO e LOA e sua execução (empenho) por unidade orçamentária (secretaria), com o saldo da dotação atualizada, são os seguintes:

Secretarias/Órgãos	Dotação inicial Orçado 2021	Dotação Atual/Alteração até 2º Quad/2021	Empenhado até 2º Quad/2021	Saldo Dotação até 2º Quad/2021
GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS	1.676.000,00	1.650.619,00	1.325.063,27	325.556,00
FINANÇAS	736.000,00	711.790,00	381.828,97	329.961,03
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	106.000,00	125.900,00	98.155,28	27.744,72
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2.985.090,00	1.076.002,35	2.843.985,13	1.767.982,78
ENSINO FUNDAMENTAL E ESPECIAL	1.740.840,00	1.447.309,00	1.028.651,15	418.657,85
ENSINO MÉDIO E SUPERIOR	182.000,00	156.170,00	93.662,07	62.507,93
ENSINO INFANTIL E CRECHE	683.000,00	693.566,00	438.616,95	254.949,05
CULTURA	55.000,00	47.350,00	31.942,54	15.407,46
PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS	2.162.510,00	592.289,08	2.322.378,14	1.730.089,06
SERVIÇOS DE ESTRADAS DE RODAGENS	142.500,00	124.350,00	73.738,50	50.611,50
DESPORTO E LAZER	103.500,00	543.339,72	48.339,82	494.999,90
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	889.060,00	962.216,00	654.776,97	307.439,03
TOTAL ORÇAMENTÁRIO	11.462.000,00	13.345.599,24	9.341.138,83	4.004.460,41



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Plano de Mobilidade Urbana

O Município de Pracinha está dispensado de editar o Plano de Mobilidade Urbana em função de a população ser inferior a 20.000 habitantes.

Iluminação Pública

Até a presente data foi possível verificar que o município assumiu os ativos de iluminação pública, dessa forma cumprindo a determinação contida na Resolução nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Nesse contexto, foi possível contestar que **os ativos não foram detalhadamente discriminados** para a necessária incorporação patrimonial.

Com relação à Contribuição de Iluminação Pública – CIP, a Prefeitura Municipal de Pracinha enviou em 2019 à Câmara Municipal projeto de lei nº 015/2019 para instituir a Contribuição de Iluminação Pública - Cip. No entanto, **o referido projeto foi rejeitado pela Câmara Municipal.**

Atualmente o município transfere a empresa terceirizada Degrande & Santos Instalações Elétricas – ME, os serviços de iluminação pública, os gastos com a referida empresa até o 2º quadrimestre de 2021 foram de R\$ 26.337,72 pelo liquidado.

Já os gastos com pagamento das faturas de energia elétrica de iluminação pública até o 2º quadrimestre de 2021 foi de R\$ 91.906,13 pelo liquidado. Dessa forma, o total despendido com iluminação pública foi de R\$ 118.243,85.

Conforme é de conhecimento de todos, a Companhia Energética transferiu para os Municípios, a responsabilidade pela ampliação e manutenção dos ativos referentes a iluminação pública, isso significa que o custeio para implantação e reposição de postes, lâmpadas, reatores e demais insumos para manter a iluminação pública em pleno funcionamento deixou de ser de responsabilidade da companhia de energética, passando para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

ser de inteira responsabilidade dos Municípios. Portanto se faz necessário o Município de Pracinha criar meios próprios para financiar o custeio que lhe foi imposto referente à iluminação pública.

Dessa forma, a instituição da presente contribuição de iluminação pública - CIP se mostra necessária tendo em vista a imposição dirigida ao Município de criar mecanismos que garantam o custeio da iluminação pública local.

IDEB

O município possui os seguintes índices no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica:

4ª série / 5º ano

8ª série / 9º ano

3ª série EM

	Ideb Observado								Metas Projetadas							
Município ▾	2005 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2019 ▾	2007 ▾	2009 ▾	2011 ▾	2013 ▾	2015 ▾	2017 ▾	2019 ▾	2021 ▾
PRACINHA				5.9	6.0		6.6	5.6				6.1	6.4	6.6	6.8	7.0

Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM)

O município possui a seguinte série histórica no IEGM:

Exercício	2018	2019	2020
IEG-M	C+	C	C
i-Planejamento	B	B	C+
i-Fiscal	B	C	B
i-Educ	C+	C	C
i-Saúde	B	B	C+
i-Amb	C	C	C
i-Cidade	C	C	C
i-Gov TI	C	C	C

Atenção em especial para educação onde município teve notas C+ no exercício de 2018, caindo para nota C em 2019 e 2020. Já na saúde o município saiu de nota B para C+.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

CONTROLE INTERNO

O Controle Interno no município foi instituído através da Lei Municipal nº 550/2013 e nomeado pela Portaria nº 157/2016.

O Tribunal de Contas, em ocasião do relatório de fiscalização do exercício de 2020 realizou o seguinte apontamento:

O Controle Interno não possui as funções de Correição (Corregedoria), Ouvidoria e Transparência, Inserido na Ação 3 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro da Controladoria Geral da União (ENCCLA): Criar Diretrizes para implantação e efetivo funcionamento dos Sistemas Estaduais e Municipais de Controle Interno, o item 3 retrata que: "Os Sistemas de Controle Interno devem contemplar entre suas atribuições as atividades de auditoria governamental, correição, ouvidoria e transparência, abrangendo todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta".

O Sistema de Controle Interno não dispõe de recursos orçamentários e materiais. Inserido na Ação 3 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro da Controladoria Geral da União (ENCCLA): Criar Diretrizes para implantação e efetivo funcionamento dos Sistemas Estaduais e Municipais de Controle Interno, o item 5 trata que: "Os órgãos de Controle Interno devem dispor de recursos orçamentários, materiais, tecnológicos e de pessoal adequados e suficientes para o desempenho de suas atribuições."

A instrução nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, determina em seu artigo 67, §2º, que a adequada instituição do correspondente órgão de controle interno é medida que será verificada por ocasião da fiscalização levada a efeito pelo Tribunal de Contas, com repercussão no exame das contas anuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

TRANSFERÊNCIAS À CÂMARA MUNICIPAL

A base de cálculo para o repasse ao poder legislativo municipal está regulamentada através do artigo 29-A da Constituição Federal.

Com o sentido de orientar a Administração dos Municípios do estado, editou o Tribunal de Contas de São Paulo o Manual “O Tribunal e a Gestão Financeira dos Prefeitos”, onde, na página 29, diserta sobre a base de cálculo do repasse à Câmara de Vereadores onde diz que “sobreditos percentuais incidem não apenas sobre os tributos arrecadados pelo próprio Município; também oneram os impostos transferidos pela União e Estado. Daí que a base de apuração se chama receita tributária ampliada”. Ademais, disponibiliza a base de cálculo utilizada durante a fiscalização conforme abaixo:

- (+) 100% das transferências federais (FPM, ITR, IPI/Exportação, IOF/ouro)**
- (+) 100% das transferências estaduais (ICMS, IPVA)**
- (+) 100% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE**
- (=) Base sobre a qual se apura o limite da despesa legislativa**

Conforme se extrai da tabela acima, o percentual constante no artigo 29-A da Constituição Federal será aplicado sobre a somatória das receitas de IPTU, ISS, ITBI, Taxas, Contribuições de Melhoria, FPM, ITR, IPI, ICMS, IPVA e CIDE.

Da verificação do relatório (balancete da receita do mês de dezembro de 2020) colocado à disposição ao Controle Interno, foi possível verificar a seguinte base de cálculo para repasses ao poder legislativo durante o exercício de 2021:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

CÓDIGO	RECEITA TRIBUTÁRIA	VALOR R\$
1100.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	424.972,36
SUBTOTAL		424.972,36
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		
1718.01.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.937.627,22
1718.01.4	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios 1% Julho	357.957,70
1718.01.3	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios 1% Dezembro	357.196,15
1718.01.5	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	24.195,33
1728.01.1	Cota-Parte do ICMS	2.022.657,38
1728.01.2	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	107.505,14
1728.01.3	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	15.038,42
1728.01.4	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE	10.038,42
SUBTOTAL ...		10.856.411,91
I - TOTAL GERAL		11.281.384,27
II – APLICANDO 7% SOBRE A RECEITA APURADA - (I)		789.696,90
III – DIVIDINDO POR 12 (II) = DUODÉCIMO MENSAL		65.808,07
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE /SP = 2.858 hab.		
Fonte: IBGE – 2010		

Resultado do Cálculo do Repasse ao Legislativo

De acordo com o limite fixado pelo inciso I¹, do art. 29-A, da Constituição de 1988, verifica-se que o Executivo poderá repassar ao Legislativo, durante o exercício de 2021, o montante de R\$ 789.696,90 que, distribuídos mensalmente, alcançará o valor de R\$ 65.808,07.

Da Lei do Orçamento para o Exercício 2021

De acordo com a proposta orçamentária aprovada para o exercício 2021, o repasse ao Poder Legislativo durante o corrente exercício foi fixado em R\$ 765.000,00, valor este que representa **o percentual de 6,78%** em relação ao total das receitas elencadas no *caput*, do

¹ Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

[...]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

art. 29-A, relativas ao exercício de 2020, conforme apurado no quadro acima, portanto, verifica-se que o valor fixado encontra-se dentro do limite estabelecido na CF/88 que é de 7%.

Prazo Transferência do Duodécimo

A Constituição da República estabelece que o repasse deve ser efetivado “**até o dia vinte de cada mês**”, assim sendo, alerta a Administração atual para o devido procedimento, haja vista que, o não atendimento constitui ato de infração ao art. 168², da Constituição Federal.

No quadro abaixo a trajetória dos repasses do duodécimo até o 2º quadrimestre de 2021:

Mês	Pagamento
Maio	19/05
Junho	21/06
Julho	20/07
Agosto	18/08

Observa-se que os repasses durante o 2º quadrimestre de 2021 ocorreram dentro do prazo legal, no entanto o repasse referente ao mês de junho ocorreu com um dia de atraso, dessa forma, recomendo um maior rigor para que o pagamento ocorra dentro do prazo legal.

PASEP

Analisando os documentos, foi possível constatar à seguinte posição quanto ao pagamento da contribuição ao PASEP no 2º quadrimestre de 2021:

² Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Mês de competência	Data recolhimento	Valor
Maio	24/06	2.197,44
Junho	20/07	2.404,75
Julho	24/08	2.352,16
Agosto	No prazo	-

O prazo de recolhimento dentro do prazo legal, que deverá ser efetuado até o 25º dia do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Demonstramos, abaixo, a situação dos parcelamentos/reparcelamentos de débitos previdenciários autorizados pela Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017.

Nº Acordo	Total Parcelado	Qtde Parcelas	Parcelas devidas no exercício	Parcelas pagas exercício
13846.720246/2017-58	1.138.874,88	200	12	6

Houve no exercício de 2021 o pagamento no total de R\$ 32.296,39, conforme razão credor.

Fornecedor: 3 - INST. NAC. DE SEGURIDADE SOCIAL

Visto

Data	Ficha	Categ.	El.	Sub.	Processo	Vencido	Empenho	FR	Apl/Var	Histórico	Pago	Retenção
19/03/2021	31	4.6.90	71	99	30/03/2021	1158/0-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.161,74	0,00
20/04/2021	31	4.6.90	71	99	20/04/2021	1689/0-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.426,93	0,00
31/05/2021	31	4.6.90	71	99	31/05/2021	2327/0-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.426,93	0,00
21/06/2021	31	4.6.90	71	99	18/06/2021	2592/0-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.426,93	0,00
20/07/2021	31	4.6.90	71	99	31/07/2021	3161/0-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.426,93	0,00
20/08/2021	31	4.6.90	71	99	30/08/2021	3617/0-2021	01	110.000		Pagamento de Empenho	5.426,93	0,00
Total do Fornecedor:											32.296,39	

DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)

A Prefeitura não possui parcelamento de FGTS e PASEP.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

Foi publicado o Decreto nº 1219/2021 que dispõe sobre a concessão de abono salarial complementar quando o valor a ser recebido for inferior ao piso nacional do magistério, no entanto, o decreto passará a vigorar somente na folha de pagamento do mês de setembro. A

Cargo	Jornada (horas semanais)	Vencimentos (faixa/nível 1)	Piso Nacional Proporcional vigente
Professor de Creche	40h	R\$2.886,24	R\$ 2.886,15
Professor de Educação Infantil	20h	R\$ 2.247,14	R\$ 1443,12
Professor de Educação Básica I	30h	R\$ 2.592,83	R\$ 2.164,61
Professor de Educação Básica II	11h (reduzida)	R\$ 1360,75	R\$ 793,69
	15h (básica)		R\$ 1.082,30
	24h (completa)		R\$ 1.731,69

Analisando os pagamentos efetuados aos cargos de professor de creche, professor de educação infantil e professor de educação básica I, verificamos que se encontram de acordo com o piso nacional do magistério.

Tendo em vista a existência de 03 (três) tipos de jornada para o cargo de Professor de Educação Básica II, analisamos os pagamentos efetivamente realizados para referido cargo onde apuramos o que segue:

Servidor	Jornada (horas semanais)	Vencimentos (faixa/nível 1)	Piso Nacional Proporcional vigente
Vania Dias de Souza	11h	R\$ 997,70	R\$ 793,69
Silvia Cristina de Sá Ferreira	18h	R\$ 1.428,75	R\$ 1.298,77
Thiago Willian da Cruz	20h	R\$ 2.096,08	R\$ 1.443,075



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Analisando os pagamentos efetuados ao cargo de professor de educação básica II, verificamos que se encontram de acordo com o piso nacional do magistério.

PISO NACIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE A ENDEMIAS

Quanto ao piso dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, verificamos o valor recebido pelos servidores:

Cargo	Vencimento
Agente Comunitário de Endemias	R\$ 1.550,00
Agente Comunitário de Saúde	R\$ 1.550,00

Observa-se pelo quadro acima que a prefeitura está cumprindo com o piso nacional para os cargos anteriormente citados (Lei federal nº 13.708/2018).

CONTABILIZAÇÃO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS

A fim de verificar a correta contabilização das receitas auferidas pela Prefeitura Municipal de Pracinha no **mês de agosto** 2021, através de transferências realizadas pelos órgãos concessionários da União e do Estado de São de Paulo, foi apurado os valores informados nos sítios oficiais dos órgãos concessionários e o registrado pela Prefeitura, onde resultado foi constatado conforme segue:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Transferência da União

UF ▼	Município ▼	Ano ▼	Transferência ▼	Valor Consolidado ▼	Código IBGE ▼	Código SIAFI ▼
SP	Pracinha	2021	FPM	R\$730.588,04	3540853	812
SP	Pracinha	2021	FUNDEB	R\$82.398,59	3540853	812
SP	Pracinha	2021	ITR	R\$12,36	3540853	812
SP	Pracinha	2021	LC 176/2020 (ADO25)	R\$711,81	3540853	812
SP	Pracinha	2021	Royalties	R\$17.565,08	3540853	812

1 - 5

Receitas	Órgão Concessor	Prefeitura	Diferença
FPM	730.588,04	913.235,01	182.646,97
ITR	12,36	15,45	3,09
FUNDEB	82.398,59	82.398,59	-
LC 176/2020	711,81	711,81	-
ROYALTIES	17.565,08	17.565,08	-

Fonte: <http://sisweb.tesouro.gov.br>

Houve uma divergência entre o valor informado no FPM e no ITR pelo órgão concessor e o registrado pela prefeitura.

Transferência do Estado

Receitas	Órgão Concessor	Prefeitura	Diferença
ICMS	202.179,72	252.724,65	505.44,93
IPVA	6.770,57	6.348,04	-422,53
Comp. Financeira Royalties	659,63	659,63	-
IPI	1075,28	1.344,10	268,82

Fonte: <https://www.fazenda.sp.gov.br>

Houve uma divergência entre o valor informado no ICMS e no IPI pelo órgão concessor e o registrado pela prefeitura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ANÁLISE FINANCEIRA

Despesas: Empenhadas, liquidadas e pagas

Até o mês de agosto de 2021 as despesas empenhadas do Poder Executivo foram de R\$ 9.341.138,83. Deste valor foram liquidados R\$ 8.464.643,82, sendo pagos R\$ 7.845.026,36. Os valores a serem pagos, considerando-se a diferença entre os valores liquidados e pagos totalizam o valor de R\$ 619.617,46 e apresentam a seguinte situação:

Em R\$	Despesas Empenhadas			
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Total
	R\$ 7.435.653,06	R\$ 1.029.027,02	R\$ 876.458,75	R\$ 9.341.138,83

Em R\$	Despesas Liquidadas			
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Total
	R\$ 6.854.385,97	R\$ 927.867,02	R\$ 682.390,83	R\$ 8.464.643,82

Em R\$	Despesas Pagas			
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Total
	R\$ 6.375.089,94	R\$ 822.710,40	R\$ 647.226,02	R\$ 7.845.026,36

Em R\$	Despesas a Pagar			
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Total
	R\$ 479.296,03	R\$ 105.156,62	R\$ 35.164,81	R\$ 619.617,46



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Despesa por Unidade Orçamentária

Numero	Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
		até ago/2021	até ago/2021	até ago/2021
02.01.00	GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS	1.325.063,27	1.152.266,45	1.087.301,96
02.02.00	FINANÇAS	381.828,97	336.639,42	315.583,777
02.03.00	FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	98.155,28	89.069,05	81.512,48
02.04.00	SAÚDE	2.843.985,13	2.593.990,04	2.404.701,15
02.05.00	ENSINO FUNDAMENTAL E ESPECIAL	1.028.651,19	998.252,19	910.270,74
02.06.00	ENSINO MÉDIO E SUPERIOR	93.662,07	93.612,57	93.612,57
02.07.00	ENSINO INFANTIL E CRECHE	438.616,95	412.728,12	372.247,29
02.08.00	CULTURA	31.942,54	30.302,54	27.191,16
02.09.00	PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS GERAL	2.322.378,14	2.049.996,21	1.904.040,63
02.10.00	SERVIÇOS DE ESTRADAS E RODAGENS	73.738,50	68.459,64	66.071,50
02.11.00	DESPORTO E LAZER	48.339,32	47.059,82	42.287,46
02.12.00	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	654.776,97	592.267,77	540.205,65
	TOTAL	9.341.138,83	8.464.643,82	7.845.026,36

Comparativo Despesa 2020 x Despesa 2021

Realizando um comparativo mês a mês, das receitas realizadas no exercício de 2020 e 2021, observa-se:

Despesas Empenhadas Mês (Fonte 01)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Maio	735.106,84	1.142.323,11	407.216,27	55,40%
Junho	611.735,61	311.685,53	-300.050,08	-49,04%
Julho	571.966,02	805.793,49	233.827,47	40,88%
Agosto	555.455,19	670.366,70	114.911,51	20,69%

Comparando-se as despesas no acumulado no ano, durante o mesmo período de 2020 e 2021, temos a seguinte posição:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Despesas Empenhadas Acumulado (Fonte 01)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Maio	5.188.810,58	5.647.807,34	458.996,76	8,85%
Junho	5.800.546,19	5.959.492,87	158.946,68	2,74%
Julho	6.372.512,21	6.765.286,36	392.774,15	6,16%
Agosto	6.927.967,40	7.435.653,06	507.685,66	7,33%

Pelos números apresentados no quadro acima, fica claro que até o mês analisado do exercício corrente, a despesa empenhada na fonte de recurso 01, sofreu um acréscimo de **7,33% ou R\$ 507.685,66** sobre o total empenhado no mesmo período do exercício anterior. Se for analisar **somente o mês de agosto, a despesa sofreu um acréscimo de R\$ 114.911,51 que representa 20,69%.**

Despesas Empenhadas Mês (Todas as Fontes)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Maio	975.876,60	1.476.579,43	500.702,83	51,30%
Junho	870.832,72	476.867,81	-393.964,91	-45,24%
Julho	853.254,52	983.920,52	130.666,00	15,31%
Agosto	650.598,07	873.227,53	222.629,46	34,22%

Comparando-se as despesas acumulado no ano, durante o mesmo período de 2020 e 2021, temos a seguinte posição:

Despesas Empenhadas Acumulado (Todas as Fontes)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Maio	6.501.846,23	7.007.122,97	505.276,74	7,77%
Junho	7.372.678,95	7.483.990,78	111.311,83	1,51%
Julho	8.225.933,47	8.467.911,30	241.977,83	2,94%
Agosto	8.876.531,54	9.341.138,83	464.607,29	5,23%

Pelos números apresentados no quadro acima, fica claro que até o mês analisado do exercício corrente, a despesa empenhada considerando todas as fontes de recursos, sofreu um acréscimo de **5,23% ou R\$ 464.607,29** sobre o total empenhado no mesmo período do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

exercício anterior. Se for analisar somente o mês de agosto a despesa sofreu um acréscimo de R\$ 222.629,46 que representa 34,22%.

Receitas Arrecadadas

Durante a fase de planejamento, a receita líquida prevista montou em R\$ 12.227.000,00, assim, a receita mensal média prevista para os 12 (doze) meses seria R\$ 1.018.916,67. Se considerarmos os 8 (oito) meses já realizados, teríamos uma arrecadação de R\$ 8.151.333,36.

Contudo, a arrecadação realizada líquida no período foi de R\$ 9.884.520,44. Ou seja, R\$ 1.733.187,08 a maior que o valor previsto para o período, havendo, portanto, um superávit de arrecadação somando todas as fontes de recursos de 20,76%.

Sendo assim, foi apurado o déficit/superávit de arrecadação líquido nas principais Fontes de Recursos, conforme quadro abaixo:

FONTE 01				
	Total	Média/mês	Superávit mês	Superávit apurado
Orçado	9.947.800,00	828.983,33	145.634,06	1.165.072,48
Arrecadado	7.796.939,15	974.617,39		

FONTE 02				
	Total	Média/mês	Superávit mês	Superávit apurado
Orçado	1.241.540,00	103.461,66	94.140,55	753.124,40
Arrecadado	1.580.817,64	197.602,21		

FONTE 05				
	Total	Média/mês	Superávit mês	Superávit apurado
Orçado	1.037.660,00	86.471,67	-23.126,21	-185.009,68
Arrecadado	506.763,65	63.345,46		



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Comparativo Receita 2020 x Receita 2021

Comparando os exercícios de 2020 e 2021, mês a mês, no mesmo período, verifica-se o seguinte:

Arrecadação Mês (Fonte 01)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Maio	681.014,74	975.494,38	294.479,64	43,24%
Junho	884.263,21	887.080,60	2.817,39	0,31%
Julho	1.175.639,37	1.211.985,99	36.346,62	3,09%
Agosto	747.951,37	977.411,46	229.460,09	30,68%

Comparando-se as receitas arrecadadas acumulado no ano, durante o mesmo período de 2020 e 2021, temos a seguinte posição:

Arrecadação Acumulado (Fonte 01)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Maio	3.855.549,15	4.720.461,10	864.911,95	22,43%
Junho	4.739.812,36	5.607.541,70	867.729,34	18,30%
Julho	5.915.451,73	6.819.527,69	904.075,96	15,28%
Agosto	6.663.403,10	7.796.939,15	1.133.536,05	17,01%

Pelos números apresentados no quadro acima, fica claro que até o mês analisado do exercício corrente, a receita arrecada sofreu um acréscimo da ordem de **17,01% ou R\$ 1.133.536,05.** Se for analisar **somente o mês de agosto a receita teve um acréscimo de 30,68% ou R\$ 229.460,09,** sobre o total arrecadado no mesmo período do exercício anterior.

Arrecadação Mês (Todas as Fontes)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Maio	1.018.688,61	1.229.036,65	210.348,04	20,65%
Junho	1.040.943,16	1.638.624,39	597.681,23	57,42%
Julho	1.305.950,28	1.352.017,62	46.067,34	3,53%
Agosto	1.190.758,47	1.145.197,48	-45.560,99	-3,98%



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Comparando-se as receitas arrecadadas acumulado no ano, durante o mesmo período de 2020 e 2021, temos a seguinte posição:

Arrecadação Acumulada (Todas as Fontes)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Maio	4.983.580,40	5.748.680,95	765.100,55	15,34%
Junho	6.024.523,56	7.387.305,34	1.362.781,78	22,62%
Julho	7.330.473,84	8.739.322,96	1.408.849,12	19,22%
Agosto	8.521.232,31	9.884.520,44	1.363.288,13	16,00%

Pelos números apresentados no quadro acima, fica claro que até o mês analisado do exercício corrente, a receita arrecada sofreu um acréscimo da ordem de **16% ou R\$ 1.363.288,13** sobre o total arrecadado no mesmo período do exercício anterior. Se for analisar **somente o mês de agosto a receita teve um decréscimo de -3,98% ou R\$ - 45.560,99** sobre o total arrecadado.

Comparativo entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.

Do levantamento dos valores empenhados com a receita arrecadada, verifica-se que houve, até o período analisado, um **superávit** na execução orçamentária da ordem de - **9,15%**, que corresponde a um valor total de **R\$ 1.206.039,33**, conforme o quadro:

MÊS	8			
Mês	Receita Arrecadada	Despesa Empenhada	Resultado	%
Agosto	9.884.520,44	9.341.138,83	543.381,61	5,497298663
TOTAL	9.884.520,44	9.341.138,83	543.381,61	5,497298663

Orçamento Anual - Receita Prevista e Despesa Fixada	12.227.000,00
Média da Receita Prevista/Despesa Fixada	1.018.916,67
Média Receita Efetivamente Arrecadada	1.235.565,06
Média da Despesa Realizada (empenhada)	1.167.642,35
Superávit mensal até agosto/21 – Todas as Fontes	67.922,70
Superávit orçamentário total apurado	543.381,61



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Abaixo a evolução da execução orçamentária durante o exercício de 2021:

Execução Orçamentária – Acumulado				
Mês	Receita	Despesa	Resultado	Variação
Maio	5.748.680,95	7.007.122,97	-1.258.442,02	-21,89
Junho	7.387.305,34	7.483.990,78	-96.685,44	-1,30%
Julho	8.739.322,96	8.467.911,30	271.411,66	3,10%
Agosto	9.884.520,44	9.341.138,83	543.381,61	5,50%

Análise Financeira

Saldo Financeiro x Despesas a Pagar

Segundo consta do Boletim de Caixa, o saldo disponível em 31 de agosto de 2021 era de **R\$ 2.108.582,17**. Tais recursos estão assim distribuídos:

Em R\$	Saldo Financeiro			
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Total
	R\$ 1.017.374,32	R\$ 905.576,88	R\$ 185.630,97	R\$ 2.108.582,17

Analisando o resultado, desconsiderando as fontes de recursos, o valor total das despesas a serem pagas (liquidadas-pagas) é **R\$ 619.617,46** e o total disponível é – **R\$ 2.108.582,17**. Portanto, temos uma situação positiva de **R\$ 1.488.964,71**.

Ao compararmos as despesas liquidadas e não pagas, por fontes de recursos, com os valores disponíveis nas Contas Movimento do Boletim de Caixa e Banco, constata-se que temos equilíbrio financeiro em todas as fontes de recursos, apresentando-se da seguinte forma:

Fonte	A Pagar	Saldo Financeiro	Resultado
Fonte 01	479.296,03	1.017.374,32	538.078,29
Fonte 02	105.156,62	905.576,88	800.420,26
Fonte 05	35.164,81	185.630,97	150.466,16
TOTAL	619.617,46	2.108.582,17	1.488.964,71



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Dá análise, constata-se que na fonte de recurso 01 temos um superávit financeiro de R\$ 538.078,29. Analisando todas as fontes de recursos temos um superávit financeiro de R\$ 1.488.964,71.

DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

[...] (Grifo nosso)

De acordo com art. 3º da Lei Municipal nº 742/2020 - LOA, o município está autorizado **abrir créditos suplementares até o limite de 15% os recursos provenientes de excesso de arrecadação, superávit financeiro e superávit orçamentário.** Ou seja, até o limite de R\$ 1.834.050,00.

O município suplementou o valor de R\$ 2.046.490,78 e abriu Crédito Especial no valor de R\$ 1.410.873,46, totalizando o valor de R\$ 3.457.364,24.

Com relação ao remanejamento transferência e transposição, a Lei nº 741/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em seu art. 17, autoriza o município a realizar até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa inicialmente fixada, ou seja, até o limite de R\$ 1.834.050,00, desde que dentro de uma categoria de programação para outra ou de um órgão orçamentário para outro.

Dá análise, observa-se que o município realizou remanejamento no valor de R\$ 68.070,00 e transposição no valor de R\$ 2.200,00.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

4rtecnologia

DEMONSTRATIVO DE CRÉDITO ADICIONAL - SINTÉTICO - Período 01/01/2021 - 31/08/2021

Página: 1/ 2

RESUMO

ORIGEM		APLICAÇÃO	
Anulação de Dotação:	1.573.765,00	Suplementação:	2.046.490,78
Excesso de Arrecadação:	1.818.551,25	Crédito Especial:	1.410.873,46
Operações de Crédito:	0,00	Crédito Extraordinário:	0,00
Superávit Financeiro:	65.047,99	Redução do Orçamento:	0,00
Aumento do Orçamento:	0,00	Remanejamento:	68.070,00
Remanejamento:	68.070,00	Transposicao:	2.200,00
Transposicao:	2.200,00	Transferência:	0,00
Transferência:	0,00	Reabertura Crédito Especial:	0,00
Reabertura Crédito Especial:	0,00	Reabertura Crédito Extraordinária:	0,00
Reabertura Crédito Extraordinária:	0,00		
TOTAL:	3.527.634,24	TOTAL:	3.527.634,24

TOTAL GERAL:

3.527.634,24

12.227.000,00

14,71

* 1- Os valores apresentados não oneram os percentuais autorizados pela Lei.

* 2- Este relatório é apenas gerencial conforme parametrização, no entanto a contabilização dos créditos adicionais está sendo realizada em sua totalidade de acordo com as normas contábeis.

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

No quadro a seguir apresentamos o índice de liquidez imediata demonstrado no Balanço Patrimonial da Prefeitura:

Índice de Liquidez Imediata	Disponível	2.108.582,17	1,90
	Passivo Circulante	1.110.441,06	

Considerando o resultado financeiro apurado, verifica-se que a prefeitura possui liquidez face ao compromisso de curto prazo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

TESOURARIA

Conciliação Bancária

O boletim de caixa até 31/08 apresentava um saldo de R\$ 13.412,24 e o extrato bancário da conta tesouraria-caixa-recebimentos apresentava um saldo em 31/08 de R\$ 13.412,24, portanto regular:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

4rtecnologia

BOLETIM DE CAIXA Nº 18, DE 31/08/2021

Página: 1/2

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Receita Orçamentária:	123.150,28	Despesa Orçamentária:	27.604,59
Receita ExtraOrçamentária:	0,00	Despesa ExtraOrçamentária:	0,00
Total da Receita:	123.150,28	Total da Despesa:	27.604,59
Saques Bancários:	402.852,56	Depósitos Bancários:	497.995,65
Sub-Total:	526.002,84	Sub-Total:	525.600,24
Caixa - Saldo Anterior:	13.009,64	Caixa - Saldo Atual:	13.412,24
TOTAL DE ENTRADAS:	539.012,48	TOTAL DE SAÍDAS:	539.012,48



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

4rtecnologia

EXTRATO BANCÁRIO DO PERÍODO 01/08/2021 à 31/08/2021

Página: 5/5

Dt. Movto.	Cheque/Documento	Histórico	Ficha	Empenho	Lanc.to.	A. Caixa	Grupo	Depósito	Saque	Saldo
27/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 632378 - Rec.: 1128.02.9.1.99.00			4793		19910	38,26	0,00	10.822,38
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 248809 - Rec.: 1128.02.9.1.01.00			4795		19920	48,20	0,00	10.870,58
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 248890 - Rec.: 1128.02.9.1.01.00			4797		19921	48,20	0,00	10.918,78
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 249659 - Rec.: 1128.02.9.1.01.00			4799		19922	39,47	0,00	10.958,25
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 249660 - Rec.: 1128.02.9.1.01.00			4801		19923	39,47	0,00	10.997,72
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 249661 - Rec.: 1128.02.9.1.01.00			4803		19924	39,47	0,00	11.037,19
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 249662 - Rec.: 1128.02.9.1.01.00			4805		19925	39,47	0,00	11.076,66
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 249663 - Rec.: 1128.02.9.1.01.00			4807		19926	39,47	0,00	11.116,13
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 249664 - Rec.: 1128.02.9.1.01.00			4809		19927	39,47	0,00	11.155,60
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 246534 - Rec.: 1118.01.1.1.02.00			4810		19928	18,41	0,00	11.174,01
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 246545 - Rec.: 1118.01.1.1.02.00			4811		19929	18,41	0,00	11.192,42
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 632379 - Rec.: 1118.01.1.9.00.00			4815		19939	15,86	0,00	11.208,28
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 245016 - Rec.: 1118.01.1.1.02.00			4816		19940	12,46	0,00	11.220,74
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 632380 - Rec.: 1128.02.9.9.00.00			4824		19943	109,95	0,00	11.330,69
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 245005 - Rec.: 1128.02.9.1.01.00			4826		19944	89,35	0,00	11.420,04
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 632381 - Rec.: 1128.02.9.1.99.00			4833		19970	76,52	0,00	11.496,56
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 246193 - Rec.: 1128.02.9.1.01.00			4835		19968	572,32	0,00	12.068,88
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 245291 - Rec.: 1128.02.9.1.01.00			4837		19969	158,11	0,00	12.226,99
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 244785 - Rec.: 1128.02.9.1.01.00			4839		19990	215,77	0,00	12.442,76
30/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 632383 - Rec.: 1128.02.9.9.00.00			4847		19991	566,88	0,00	13.009,64
31/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 632366 - Rec.: 1128.02.9.9.00.00			4861		20044	84,31	0,00	13.093,95
31/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 632382 - Rec.: 1128.02.9.1.99.00			4865		20056	76,52	0,00	13.170,47
31/08/2021		Documento Tributário - Aviso Nº 632387 - Rec.: 1118.01.4.1.00.00			4866		20080	241,77	0,00	13.412,24
Total:								13.010,27	13.740,94	13.412,24

Dá análise das conciliações bancárias, foi constatado haver pendências não contabilizadas, vejamos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Conta nº 27-9 da Caixa Econômica Federal. Cheques ou retiradas não compensadas pelo banco, que somam o valor de R\$ 14.631,01.

Conta nº 106244-1 do Banco do Brasil. Cheques ou retiradas não compensadas pelo banco que somam o valor de R\$ 5.414,19.

Portanto recomendo a setor da tesouraria um maior rigor no controle das conciliações bancárias, já que conta diversas contas com pendências nas conciliações.

Ordem Cronológica de Pagamentos

Permanência da quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos – OCP para pagamentos inferiores ao estabelecido na Instrução nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Posto isso, esse Controle Interno recomenda que seja feita uma avaliação minuciosa da necessidade da quebra da OCP e que cumpra todas as formalidades previstas em lei quanto a justificativa e publicação da quebra da OCP.

RECEITAS E DESPESAS COM COVID

Receitas

Até o mês de agosto de 2021 o município de Pracinha recebeu o montante de R\$ 425.161,81 de recursos relacionados ao COVID-19. Sendo que desse valor foi dividido da seguinte forma, conforme quadro abaixo:

Fonte 01 – R\$ -

Fonte 02 – R\$ 400.118,40

Fonte 05 – R\$ 25.043,41

Total – R\$ 425.161,81



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Despesas

Até o mês de agosto de 2021 o município de Pracinha liquidou o montante de R\$ 131.239,32 de despesas relacionadas ao Covid-19, conforme demonstrada no quadro abaixo:

Fonte 01 – R\$ -

Fonte 02 – R\$ -

Fonte 05 – R\$ 131.239,32

Total – R\$ 131.239,32

Também foi possível constatar que o município vem classificando corretamente as receitas e despesas na classificação 312.

Observa-se também que o município vem divulgando todos os atos relacionado a COVID em seu portal de transparência.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

De acordo art. 4º, inciso I, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:

Art. 3º **A dívida consolidada líquida** dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta Resolução, **não poderá exceder**, respectivamente, a:

[...]

II - **no caso dos Municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida**, definida na forma do art. 2.

Até o 2º quadrimestre de 2021, o montante da dívida consolidada líquida foi de R\$ 2.827.669,55 o que representa 20,22% sobre a Receita Corrente Líquida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

APLICAÇÕES LEGAIS

Educação (25%)

De acordo com o levantamento, a aplicação no ensino até o mês de agosto estava em 27,95% - R\$ 2.619.684,97 - pelo empenhado. Deste valor, R\$ 2.566.847,14 foram liquidado, ou 27,38%, sendo pago R\$ 2.511.353,39, ou 26,79%, conforme quadro abaixo:

DESPESAS COM RECURSOS DA EDUCAÇÃO ATÉ 31/08/2021

	Empenhadas	%	Liquidadas	%	Pagas	%
Ensino Fundamental	617.081,54	6,58	590.132,54	6,29	534.699,68	5,70
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil Creche	184.504,73	1,97	165.329,95	1,76	165.269,06	1,76
Educação Infantil Pré-Escola	59.749,55	0,64	53.035,50	0,57	53.035,50	0,57
Retenções ao Fundeb	1.758.349,15	18,76	1.758.349,15	18,76	1.758.349,15	18,76
TOTAL	2.619.684,97	27,95	2.566.847,14	27,38	2.511.353,39	26,79

FUNDEB

Até agosto de 2021, o percentual aplicado no FUNDEB de acordo com o demonstrativo do sistema contábil e também do controle feito por este departamento de Controle Interno, era de 87,54% - R\$ 516.472,97 - pelo empenhado. Pelo liquidado 87,54%, no total de R\$ 516.472,97. Sendo pago 75,17% - R\$ 443.504,44. Vejamos o quadro:

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB ATÉ 31/08/2021

	Empenhadas	%	Liquidadas	%	Pagas	%
Magistério	516.472,97	87,54	516.472,97	87,54	443.504,44	75,17
Outras	-	-	-	-	-	-
TOTAL	516.472,97	87,54	516.472,97	87,54	443.504,44	75,17



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Saúde (15%)

Segundo consta no demonstrativo foi empenhado até o mês de agosto R\$ 1.951.391,54, ou 21,77%. O total liquidado foi de R\$ 1.827.303,40 ou 20,39%. O total pago foi R\$ 1.695.007,41 que representa 18,91%.

DESPESAS COM RECURSOS DA SAÚDE ATÉ 31/08/2021

	Empenhadas	%	Liquidadas	%	Pagas	%
Saúde	1.951.391,54	21,77	1.827.303,40	20,39	1.695.007,41	18,91

Portanto, atendendo o limite constitucional de 15% de aplicação na Saúde.

DESPESA COM PESSOAL

Como estabelece o Art. 22, parágrafo único, a respeito do limite prudencial, se a despesa com pessoal no órgão atingir 95% do limite imposto – ou seja, 51,30% da Receita Corrente Líquida apurada. No quadro supra o gasto com pessoal na Prefeitura Municipal não representa risco de atingimento de tal limite prudencial.

Segundo demonstrativo, às despesas com pessoal até o mês de agosto de 2021, totalizou R\$ 6.681.321,62 contra uma Receita Corrente Líquida de R\$13.984.296,12, logo o percentual do gasto com pessoal foi de 47,77%.

Abaixo a evolução da despesa com pessoal durante o exercício de 2021:

Mês	Total de gasto com pessoal	Receita Corrente Líquida	%
Maio	6.425.801,32	13.686.108,54	46,95
Junho	6.503.931,18	13.883.789,77	46,84
Julho	6.655.422,92	14.029.857,11	47,43
Agosto	6.681.321,62	13.984.296,12	47,77



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

ADIANTAMENTO

Dá análise dos adiantamentos, observa-se que há 2 (dois) adiantamentos abertos referente ao exercício de 2021, conforme quadro abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

Página: 1/1

4rtecnologia									
RELATÓRIO DE CONTROLE DE ADIANTAMENTOS - ABERTOS - PERÍODO: 01/05/2021 à 31/08/2021									
Empenho	Processo	Ficha Nome	CPF	R.G.	Categoria	VL. Adiantamento	VL. Utilizado	Dt. Início	Dt. Baixa
2830/0-2021	229	CRISTIANE GISELE BUSSI DA SILVA	28952592832		3.3.90.14	200,00	200,00	01/07/2021	
3154/0-2021	45	DOMINGOS SAVIO CLETO	07483933828		3.3.90.14	660,00	660,00	23/07/2021	
3575/0-2021	229	Elias Esterquile	07470106847		3.3.90.14	63,80	63,80	17/08/2021	
3613/0-2021	45	JULIANA RISSATO	42877298892		3.3.90.14	1.000,00	1.000,00	23/08/2021	
3759/0-2021	229	Elias Esterquile	07470106847		3.3.90.14	107,40	107,40	31/08/2021	
Total Geral:						2.031,20	2.031,20		

Dessa forma, oriento o setor contábil a verificar os adiantamentos abertos para proceder à baixa.

DIÁRIA

O município instituiu a lei de diária através da Lei Municipal nº 715/2019, aos servidores e agentes políticos.

A diária diferente do regime de adiantamento pode ter sua prestação de contas de forma simplificada, através de relatório ou da prestação de algum comprovante específico relativo à atividade exercida.

Até a presente data as despesas com diárias atende a legislação municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

ANÁLISE DE LICITAÇÕES

Convite nº 03/2021

Objeto: Acessibilidade do Velório Municipal

Valor: R\$ 144.724,36

Vencedor: Junior Rodrigues Avelaneda - ME

O valor estimado da obra conforme planilha orçamentária somou o valor de R\$ 146.924,99 e a obra foi contratada pelo valor de R\$ 144.724,36, dentro do valor estimado.

A ordem de serviço foi assinada no dia 14 de abril, passado 44 dias a empresa pediu aditamento do contrato visando ajustes na planilha inicial, o que demonstra total falta de planejamento.

Não consta parecer jurídico acerca do aditivo contratual em afronta ao parágrafo único do art. 38 da lei nº 8666/93.

Convite nº 04/2021

Objeto: Readequação da Delegacia Civil de Pracinha

Valor: R\$ 64.816,10

Vencedor: Junior Rodrigues Avelaneda - ME

O valor estimado da obra, conforme planilha orçamentária somou o valor de R\$ 66.140,18, já a reserva de dotação foi de R\$ 66.000,00. Ou seja, R\$ 140,18 a menor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Tomada de Preço nº 02/2021

Objeto: Recapeamento Asfáltico

Valor: R\$ 140.247,59

Vencedor: Viamari Engenharia e Construção Eireli

O valor estimado da obra, conforme planilha orçamentária somou o valor de R\$ 249.190,69, já a reserva de dotação foi de R\$ 239.392,86. Ou seja, R\$ 9.797,83 a menor.

Convite nº 02/2021

Objeto: Aquisição de um cardioversores e desfibrilador ECG, DEA, impressora e marca passo, com conjunto de pás multi função (adulto e infantil), com até 12 (doze) variações

Valor: R\$ 24.490,00

Vencedor: Eve – Produtos Hospitalares Ltda

- Consta Regular

Convite nº 05/2021

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para diversos setores da administração municipal

Valor: R\$ -

Vencedor: -

- Revogado

Convite nº 06/2021

Objeto: contratação de empresa para desenvolvimento das ações e a preservação da oferta regular e essencial dos serviços, proporcionando um suporte às famílias acompanhadas pela rede sócio assistencial e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social

Valor: R\$ 47.367,00

Vencedor: Isabela Braga Barioni Pieri Copetti

- Consta Regular



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Pregão nº 01/2021

Objeto: aquisição de medicamentos

Valor: R\$ 453.746,10

Vencedor: Lemos Distribuidora, Mamed Comercial Hospitalar Ltda Epp, Prudenmed Comercial Hospitalar Ltda Epp

- Consta regular.

Pregão nº 02/2021

Objeto: aquisição de material de enfermagem

Valor: R\$ 166.921,26

Vencedor: -

- Consta Regular

Pregão nº 03/2021

Objeto: aquisição de medicamento de “A” a “Z” para o município de Pracinha

Valor: R\$ -

Vencedor: -

- Consta Regular

Pregão nº 05/2021

Objeto: manutenção preventiva e manutenção corretiva da iluminação pública

Valor: R\$ 91.800,00

Vencedor: -

- Consta Regular



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Pregão nº 06/2021

Objeto: aquisição de pães franceses para administração pública municipal

Valor: R\$ -

Vencedor: -

- Consta Regular

REPASSES AO TERCEIRO SETOR

No o 2º quadrimestre de 2021 o município realizou termo de colaboração com a entidade Associação de País e Amigos dos Excepcionais de Lucélia – APAE, com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Adamantina e o Lar Batista de Crianças de Inúbia Paulista.

Dá análise da liquidação foi possível constatar, conforme segue:

Entidade	Pagamento previsto na Lei	Pagamento
A.P.A.E	757/2021 – R\$ 9.600,00	R\$ 5.600,00
Lar Batista de Inúbia Paulista	756, 762, 763/2021 – R\$ 54.000,00	R\$ 30.900,00

JURÍDICO

Precatórios Judiciais

No exercício de 2021 o percentual a ser pago da receita corrente líquida, foi fixado em 3,52% - Processo nº 67.662007000140. No entanto, foi solicitado novo acordo e o percentual a ser pago passou a ser fixado em 2,5% da receita corrente líquida.

	RCL	A pagar	Pago
Maio	R\$ 13.686.108,54	R\$ 28.512,73	R\$ 28.512,73
Junho	R\$ 13.883.789,77	R\$ 28.924,56	R\$ 28.857,81



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Julho	R\$ 14.029.857,11	R\$ 29.228,87	R\$ 29.228,87
Agosto	R\$ 13.984.296,12	R\$ 29.133,95	-

O pagamento referente ao mês de agosto ainda foi realizado.

LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO E LEI DA TRANSPARÊNCIA

A Lei Complementar nº 131/2009 foi criada para alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante a transparência da gestão. A grande novidade trazida por ela foi a determinação de que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizassem, em meio eletrônico e tempo real, informações pormenorizadas sobre sua execução orçamentária e financeira.

Segundo a legislação vigente (LC nº 131/2009 e Decreto nº 7.185/2010), devem ser disponibilizadas informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras, no decorrer da execução orçamentária e financeira.

Além disso, a LC nº 131/2009 tornou obrigatória a adoção, por todos os entes da Federação, de um sistema integrado de administração financeira e controle. Os sistemas adotados devem atender ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União no Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010, e na Portaria MF nº 548, de 22 de novembro de 2010.

Vale ressaltar também, que a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) elenca algumas obrigações dos municípios, no que se refere à transparência pública. O artigo 8º da norma diz que é dever dos órgãos e entidades públicas promover a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, em local de fácil acesso para a população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Mediante acesso ao endereço eletrônico da Prefeitura Municipal, foi verificado a situação da mesma em relação ao cumprimento das obrigações instituídas pela Lei Complementar nº 131/2009 e pela Lei Federal nº 12.527/2011, conforme expostos a seguir:

O município de pracinha regulamentou em legislação própria, Lei nº 653/2017, conforme determina o art. 45, da Lei Federal nº 12.527/2011.

O município criou o Serviço de Informação ao Cidadão, conforme o art. 9º da Lei 12.527/2011, que poderá ser acessado através do banner na página inicial.

No módulo Mais Transparência são encontradas informações referentes:

- Os repasses a Entidades do Terceiro Setor.
- PPA, LDO e LOA de forma simplificada.
- RREO e RGF de forma simplificada.
- Quadro de aplicações na Saúde, Educação e FUNDEB.
- Despesa com Pessoal.
- Atas das audiências públicas.
- Parecer do Conselho Municipal de Saúde.
- Parecer do Conselho Municipal do FUNDEB.
- Balancetes da Receita
- Balancetes da Despesa.
- Editais de Licitação e seus respectivos Contratos.

No módulo Contabilidade é possível verificar a espécie de despesa que está sendo realizada, desagregada esta informação em cifra monetária, nome do fornecedor conforme determina o art. 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Município, em sua página eletrônica, mostra as receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, desagregada esta informação em cifra monetária, nome do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada, conforme determina o art. 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No módulo Recursos Humanos, o município divulga a remuneração individualizada por nome do agente público.

Portanto considero regular nesse sentido.

No módulo Compras e Licitações estão disponíveis relações mensais de todas as licitações realizada pela Administração conforme determina o art. 16, da Lei 8.666/93 bem como a Lei 9.755/98 (Art. 1º Inciso VI).

O município divulga em sua página eletrônica a relação de todas as diárias concedidas.

O município criou uma aba relacionada às despesas com a COVID-19.

ENTREGA DE DOCUMENTOS

Informações a Previdência Social – GFIP/SEFIP

A GFIP deve ser transmitido pelo Conectividade Social até o dia sete do mês seguinte àquele em que a remuneração foi paga, creditada ou se tornou devida ao trabalhador e/ou tenha ocorrido outro fato gerador de contribuição ou informação à Previdência Social, conforme disposto no § 2º³, do art. 225 do Decreto n.º 3.048/1999. Caso não haja expediente bancário no dia 07, a transmissão deve ser antecipada para o dia de expediente bancário imediatamente anterior.

³ Art. 225. A empresa é também obrigada a:

[...]

§ 2º A entrega da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social deverá ser efetuada na rede bancária, conforme estabelecido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, até o dia sete do mês seguinte àquele a que se referirem as informações.

[...]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Das análises das guias de entrega, referentes aos arquivos gerados pelo GFIP, **foi possível verificar que as GFIP's** foram entregues nos seguintes prazos:

Maio – 02/06

Junho – 29/06

Julho – 03/08

Agosto – 02/09

Portando, observa-se que as GFIP's foram entregues dentro do prazo legal.

O contribuinte que apresentar a GFIP fora do prazo, que deixar de apresentá-la ou que a apresentar com incorreções ou omissões está sujeito às multas previstas na Lei nº 8.212/1991 e às sanções previstas na Lei nº 8.036/1990.

A multa por atraso na entrega da GFIP correspondente a 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante das contribuições informadas, ainda que integralmente pagas, respeitados o percentual máximo de 20% (vinte por cento) e os valores mínimos de R\$ 200,00, no caso de declaração sem fato gerador, ou de R\$ 500,00, nos demais casos.

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

De acordo com o art. 30, inciso I, alínea “a” e “b” da Lei Federal nº 8212/91⁴, os valores das contribuições dos servidores segurados do Regime Geral de Previdência Social -

⁴ Art. 30. A arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social obedecem às seguintes normas:

I - a empresa é obrigada a:

a) arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração;

b) recolher os valores arrecadados na forma da alínea *a* deste inciso, a contribuição a que se refere o inciso IV do art. 22 desta Lei, assim como as contribuições a seu cargo incidentes sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais a seu serviço até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da competência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

RGPS, devem ser quitadas mensalmente ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, até o dia 20 do mês subsequente ao da competência.

Dá análise foi possível constatar que os pagamentos do INSS referente à folha de pagamento dos funcionários, ocorreram nas seguintes datas:

Mês de competência	Data recolhimento	Valor
Maio	18/06	113.586,62
Junho	20/07	113.999,15
Julho	17/08	116.770,40
Agosto	No prazo	-

Portanto, observa-se que o pagamento do INSS ocorreu dentro do prazo legal.

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Das análises das guias de entrega referentes aos arquivos gerados pelo CAGED, foi possível verificar que foram entregues nos seguintes prazos:

O CAGED de competência de maio foi entregue em 07/06.

O CAGED de competência de junho foi entregue em 29/06.

O CAGED de competência de julho foi entregue em 03/08.

O CAGED de competência de agosto foi entregue em 02/09

Portanto observa-se que as entregas ocorreram dentro do prazo legal. O prazo de entrega é até o dia 7 do mês subsequente ao mês de referência das informações.

Siope

Dá análise foi possível verificar se o Siope foi transmitido, conforme quadro anexo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

354000	Pompéia	X	X	X	X	
354010	Pongai					
354020	Pontal					
354025	Pontalinda	X	X	X		
354030	Pontes Gestal					
354040	Populina	X	X	X		
354050	Porangaba	X	X	X		
354060	Porto Feliz	X	X	X		
354070	Porto Ferreira	X	X			
354075	Potim	X	X	X	X	
354080	Potirendaba	X	X	X		
354085	Pracinha	X	X	X		
354090	Pradópolis	X	X	X		
354100	Praia Grande	X	X	X		
354105	Pratânia	X	X	X		
354110	Presidente Alves	X	X	X		
354120	Presidente Bernardes	X	X	X		
354130	Presidente Epitácio					
354140	Presidente Prudente	X	X	X		

O município enviou até a presente data o Siope referente ao 1º, 2º e 3º bimestres de 2021.

Siops

Os municípios devem alimentar bimestralmente o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), com informações referentes aos orçamentos públicos em saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Situação de entrega das informações no SIOPS

UF: Pracinha / SP

Ano	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
2000	X	NI	NI	NI	NI	NI
2001	X	NI	NI	NI	NI	NI
2002	NI	NI	X	NI	NI	X
2003	NI	NI	X	NI	NI	X
2004	NI	NI	X	NI	NI	X
2005	NI	NI	X	NI	NI	X
2006	NI	NI	X	NI	NI	X
2007	NI	NI	X	NI	NI	X
2008	NI	NI	X	NI	NI	X
2009	NI	NI	X	NI	NI	X
2010	NI	NI	X	NI	NI	X
2011	NI	NI	NI	NI	NI	X
2012	NI	NI	NI	NI	NI	X
2013	X	X	X	X	NI	X
2014	X	X	X	X	X	X
2015	X	X	X	X	X	X
2016	X	X	X	X	X	X
2017	X	X	X	NI	X	X
2018	X	X	X	X	X	X
2019	X	X	X	X	X	X
2020	X	X	X	X	X	X
2021						

Da análise do histórico da situação de entrega do SIOPS, foi constatado que no exercício de 2021 ainda não foi transmitidos os dados.

RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária - SICONFI

Conforme determina o art. 52 e 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e o § 3º do art. 165 da Constituição, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), **deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.**

Analisando a situação de entrega, constatei que o RREO no SICONFI, foi entregue nas seguintes datas:

3º Bimestre – 02/08/2021

4º Bimestre – No prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

RGF – Relatório de Gestão Fiscal - SICONFI

De acordo com art. 63, inciso II, alínea “b”, é facultado aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, onde o mesmo será divulgado trinta dias após o encerramento do semestre.

Documentos Audesp

Em análise feita no sistema Audesp, foi constatado os documentos que foram entregues dentro do prazo legal, conforme segue:

Tipo de Documento	Dt. Prazo de Entrega	Entregue	Entregue no Prazo	Dt. de Entrega
PARECER-CONSELHO-FUNDEB	02/08/2021	Sim	Sim	02/08/2021
BALANCETE-CONJUNTO-CONTA-CONTABIL	23/08/2021	Sim	Sim	18/08/2021
BALANCETE-CONJUNTO-CONTA-CORRENTE	23/08/2021	Sim	Sim	18/08/2021
BALANCETE-CONJUNTO-CONTA-CONTABIL	24/05/2021	Sim	Sim	21/05/2021
BALANCETE-CONJUNTO-CONTA-CONTABIL	21/06/2021	Sim	Sim	21/06/2021
BALANCETE-CONJUNTO-CONTA-CONTABIL	20/07/2021	Sim	Sim	16/07/2021
BALANCETE-CONJUNTO-CONTA-CORRENTE	24/05/2021	Sim	Sim	21/05/2021
BALANCETE-CONJUNTO-CONTA-CORRENTE	21/06/2021	Sim	Sim	21/06/2021
BALANCETE-CONJUNTO-CONTA-CORRENTE	20/07/2021	Sim	Sim	16/07/2021
ATA-AUDIENCIA-AVALIAÇÃO-CUMPRIMENTO-METAS	15/06/2021	Sim	Sim	14/06/2021
PARECER-CONSELHO-SAUDE	15/06/2021	Sim	Sim	14/06/2021
ATA-AUDIENCIA-ACOES-SAUDE	15/06/2021	Sim	Sim	14/06/2021
Publ. RREO - Balanço Orçamentário	31/05/2021	Sim	Sim	31/05/2021
Publ. RREO - Balanço Orçamentário	02/08/2021	Sim	Sim	02/08/2021
Publ. RREO - Dem. Função / Subfunção	31/05/2021	Sim	Sim	31/05/2021
Publ. RREO - Dem. Função / Subfunção	02/08/2021	Sim	Sim	02/08/2021
Publ. RREO - Dem. Apuração RCL	31/05/2021	Sim	Sim	31/05/2021
Publ. RREO - Dem. Apuração RCL	02/08/2021	Sim	Sim	02/08/2021
Publ. RREO - Dem. Receitas e Despesas Previdenciárias	31/05/2021	Sim	Sim	31/05/2021
Publ. RREO - Dem. Receitas e Despesas Previdenciárias	02/08/2021	Sim	Sim	02/08/2021
Publ. RREO - Resultado Nominal	31/05/2021	Sim	Sim	31/05/2021
Publ. RREO - Resultado Nominal	02/08/2021	Sim	Sim	02/08/2021
Publ. RREO - Resultado Primário	31/05/2021	Sim	Sim	31/05/2021
Publ. RREO - Resultado Primário	02/08/2021	Sim	Sim	02/08/2021
Publ. RREO - Restos a Pagar	31/05/2021	Sim	Sim	31/05/2021
Publ. RREO - Restos a Pagar	02/08/2021	Sim	Sim	02/08/2021
Publ. RGF - Executivo	31/05/2021	Sim	Sim	31/05/2021
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	31/05/2021	Sim	Sim	31/05/2021
Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	02/08/2021	Sim	Sim	02/08/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Publ. do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	31/05/2021	Sim	Sim	31/05/2021
Publ. do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	02/08/2021	Sim	Sim	02/08/2021
PLAN-LDO-ATUALIZADA	31/05/2021	Sim	Sim	31/05/2021
PLAN-LOA-ATUALIZADA	31/05/2021	Sim	Sim	31/05/2021
PLAN-PPA-ATUALIZADO	31/05/2021	Sim	Sim	31/05/2021
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	10/05/2021	Sim	Sim	04/05/2021
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	10/06/2021	Sim	Sim	02/06/2021
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	12/07/2021	Sim	Sim	05/07/2021
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	10/08/2021	Sim	Sim	04/08/2021
Conciliações Bancárias Mensais	06/05/2021	Sim	Sim	04/05/2021

Em análise feita no sistema Audesp, foi constatado que alguns documentos foram entregues **intempestivamente**, conforme segue:

Tipo de Documento	Dt. Prazo de Entrega	Entregue	Entregue no Prazo	Dt. de Entrega
Publ. Aplic. na Manut. e Desenv. do Ensino	02/08/2021	Sim	Não	04/08/2021
Conciliações Bancárias Mensais	02/06/2021	Sim	Não	08/06/2021
Conciliações Bancárias Mensais	01/07/2021	Sim	Não	02/07/2021
Conciliações Bancárias Mensais	30/07/2021	Sim	Não	03/08/2021

Alerto que o atraso na entrega de documentos pode gerar penalidades para administração por descumprimento das Instruções nº 2/2008 do TCE/SP – Sistema Audesp, Comunicado SDG nº 35/2014 e art. 104 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Artigo 104 - O Tribunal de Contas poderá aplicar multa de até 2.000 (duas mil) vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (UFESP) ou outro valor unitário que venha a substituí-la, aos responsáveis por:

- I - contas julgadas irregulares de que não resulte débito;
- II - ato praticado com infração à norma legal ou regulamentar;
- III - não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, de diligência do Conselheiro Relator ou do Conselheiro Julgador Singular, ou de decisão do Tribunal de Contas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

MEIO AMBIENTE

Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

O município editou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos através da Lei Municipal nº 574/2014, para ter acesso a recursos federais, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para ser beneficiado por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade, conforme o art. 18 da Lei Federal nº 12.305/10.

Plano de Saneamento Básico

O município não editou o Plano de Saneamento Básico, nos termos do art. 11, 17 e 19 da Lei Federal nº 11.445/07. Cabe lembrar que o prazo para a elaboração do plano vai até o dia 31 de dezembro de 2022, conforme disposto no Decreto Federal nº 10.203/2020.

Coleta Seletiva

Foi constatado que o município não realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos.

RECURSOS HUMANOS

Férias

De acordo com a CLT, o empregador que não conceder as férias para o empregado ou que o fizer fora do período concessivo, é obrigado a pagar o valor equivalente em dobro, conforme o disposto nos art. 134 e 137⁵, podendo ainda sofrer sanções administrativas impostas pelo Ministério do Trabalho quando da fiscalização.

5

Art. 134. As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

Art. 137. Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o artigo 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Portanto, para efeito do pagamento em dobro, todos os valores a que o empregado tem direito como o salário, as médias de variáveis, os adicionais previstos na legislação (noturno, insalubridade, periculosidade e etc.) e o 1/3 constitucional, devem ser considerados.

Analisando o relatório de controle de férias até 31 de agosto de 2021, constata-se que o município não tem servidores com férias vencidas.

Vale Alimentação

Foi constatado que não houve pagamento do vale alimentação durante as férias, licenças e abonos dos funcionários a partir da promulgação da Lei Municipal nº 660/2017, onde o vale alimentação passou a ser por dia efetivamente trabalhado.

Hora Extra

Analisando a folha de pagamento até o mês de agosto de 2021, constata-se pagamentos de horas extras de forma habitual, bem como houve extrapolação do limite diário de horas extras. As horas extras habituais incorporam-se a remuneração do servidor para todos os efeitos legais. Dessa forma foram elencados alguns exemplos:

Nome	Cargo	Maio		Junho		Julho		Agosto	
		50%	100%	50%	100%	50%	100%	50%	100%
Aildo Machado	Motorista	12h	24h	14h	24h	6h	24h	-	-
Anderson Ricardo Silva*	Motorista	56h	4h	36h	-	41h	15h	32h	-
Camila Cristina B. da Silva	Ajudante Geral	20h	7h	20h	-	18h	-	18h	-
Carlos Alberto Soares	Motorista	26h	21h	-	-	26h	21h	25h	26h
Caio Fernando Hirata*	Fisioterapeuta	28h	-	29h	-	28h	-	32h	-
Cleber Anderson Martins*	Motorista	15h	15h	15h	15h	7h	8h	20h	20h
Cristiane Gisele B. da Silva	Assistente Social	25h	-	30h	-	-	-	40h	-
Daiane Cristina Silva	Ajudante Geral	33h	5h	27h	8h	30h	-	27h	-
Damião Pereira	Coletor de Lixo	12h	14h	12h	11h	11h	12h	12h	11h
Daniel Cesar Alvares	Aux. Alvenaria	11h	-	10h	-	11h	-	10h	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Daniel Fialho de Carvalho*	Motorista	-	-	21h	12h	57h	-	50h	-
Diego Batilana de Camargo*	Farmacêutico	55h	-	55h	-	60h	-	6h	-
Domingos Savio Cleto	Enfermeiro	17h	-	6h	-	6h	-	8h	-
Edneia F. da Silva Pereira	Tec. em Enfermagem	16h	-	38h	-	28h	-	22h	-
Egildo Aniceto das Neves*	Coletor de Lixo	15h	15h	15h	15h	15h	15h	15h	15h
Elias Esterquile	Ajudante Geral	20h	-	30h	-	20h	-	15h	-
Fernanda dos S. Dias Martins	Agente C. de Saúde	15h	-	15h	-	15h	-	12h	-
Gilsilene Panvequi	Ajudante Geral	19h	-	22h	-	14h	-	21h	-
Givan dos Santos*	Motorista	48h	12h	53h	-	30h	15h	56h	-
Hugo Paulo Tenório	Motorista	53h	7h	28h	12h	31h	-	41h	19h
Jorge Jesus Passos	Pedreiro	20h	-	20h	-	19h	-	20h	-
José Ap. Calixto Neto*	Coletor de Lixo	15h	15h	15h	15h	15h	15h	15h	15h
José Carlos Sanches*	Op. de Máquinas	25h	17h	26h	17h	25h	18h	26h	18h
José Cicero da Silva*	Op. de Máquinas	6h	-	-	-	8h	7h	-	-
José Edmarcio da Silva*	Motorista	38h	22h	42h	-	38h	22h	44h	-
José Maria T. Ribeiro*	Motorista	31h	-	31h	12h	34h	12h	39h	4h
José Messias Gomes*	Tratorista	15h	6h	16h	5h	15h	5h	15h	6h
José Nildo	Coletor de Lixo	-	-	15h	15h	15h	15h	15h	15h
Leticia Esterquile Biasi	Escriturário	20h	-	22h	-	30h	-	32h	-
Lino Fernando Lorenzo*	Motorista	52h	-	46h	-	21h	8h	12h	-
Luciano Evangelista Junior*	Op. de Máquinas	20h	-	21h	-	20h	-	-	-
Lucilene de Lima	Aux. Enfermagem	16h	-	16h	-	14h	-	6h	-
Luiz Fernando Moises	Pedreiro	20h	3h	20h	-	19h	-	20h	-
Luzia Francisca Chagas	Aux. Farmácia	-	-	20h	5h	25h	5h	30h	8h
Marcilene Carrero	Ajudante Geral	20h	-	22h	-	22h	-	26h	-
Marcilene Panvequi	Ajudante Geral	30h	-	30h	-	30h	-	30h	-
Maria Ap. Lima Cavalcante	Aux. De Enfermagem	31h	3h	-	-	14h	-	16h	-
Nilton Cesar Damião	Vigia Noturno	7h	34h	36h	-	-	29h	22h	-
Oziel Duda dos Santos	Ajudante Geral	15h	15h	12h	-	11h	-	12h	-
Paulo Alves dos Santos	Motorista	14h	12h	40h	12h	31h	7h	35h	-
Paulo Cesar Damião	Motorista	4h	17h	3h	24h	4h	24h	4h	21h
Priscila Bezerra	Aux. de Enfermagem	12h	-	12h	-	21h	-	14h	-
Roberto Aniceto das Neves	Op. de Máquinas	10h	-	11h	-	10h	-	11h	-
Rosely Alves dos Santos	Ajudante Geral	21h	7h	20h	7h	18h	8h	20h	-
Tiago Alves Povliuk	Aux. de Enfermagem	16h	-	18h	-	30h	-	22h	-
Valdeni Aparecido de Abreu*	Motorista	12h	-	2h	24h	2h	24h	-	26h

***Funcionários que percebem insalubridade e horas extras**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Insta salientar que os funcionários da Prefeitura Municipal de Pracinha, são regidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, dessa forma, as horas extras realizadas de forma habitual, incorporam-se ao salário, sendo vedada suprimi-las sem o pagamento de indenização, uma vez que trata-se de ato lesivo ao empregado, com prejuízo aos seus ganhos, ofendendo ao princípio da irredutibilidade salarial, conforme o art. 7, inciso VI, da CF.

Nessa esteira, a Súmula nº 291 do TST – Tribunal Superior do Trabalho dispõe:

A supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

Além dos pagamentos de horas extras habituais, há funcionários em atividades insalubres realizando horas extras sem autorização, em desacordo com o que preconiza o art. 60 da CLT, vejamos:

Art. 60 - Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", ou que neles venham a ser incluídas por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, **quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho**, as quais, para esse efeito, procederão aos necessários exames locais e à verificação dos métodos e processos de trabalho, quer diretamente, quer por intermédio de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais, com quem entrarão em entendimento para tal fim. (Grifo nosso)

Conforme demonstrado na tabela acima, a maioria dos funcionários recebem insalubridade e realizam horas extras.

Os motoristas também fazem jus a uma gratificação de dedicação de tempo exclusiva – Lei nº 589/2014, que corresponde 50% do salário base. No entanto, além de receber a gratificação, também recebem as horas extras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

A título de conhecimento, foi relacionado o montante pago em horas extras do 3º quadrimestre de 2021.

Meses/21	Horas	Total R\$
Maio	50%	13.440,57
	100%	4.648,91
Junho	50%	13.262,81
	100%	3.930,51
Julho	50%	14.158,54
	100%	5.092,90
Agosto	50%	13.754,03
	100%	3.555,50
Total		71.843,77

Cabe ressaltar que os valores refletem no aumento dos encargos da Prefeitura, os quais são calculados com base no valor total da folha de pagamento.

Portanto, recomendo um rigoroso controle no tocante ao pagamento de horas extras.

Subsídios dos Agentes Políticos

Os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito foram regulamentados pela Lei Municipal nº 649/2016 e dos Secretários Municipais foram fixados pela Lei Municipal nº 650/2016, conforme segue:

Prefeito – 8.200,00

Vice-Prefeito - 3.600,00

Secretários – 2.100,00

Foi possível constatar que não houve pagamentos maiores que os fixados pelas respectivas leis municipais e não houve qualquer acréscimo ou gratificação, conforme o art. 39, §4º da CF/88 determina:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Art. 39 [...]

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

[...]

Contratação Cargo em Comissão

No o 2º quadrimestre de 2021, foi constatado que não foram nomeados cargos em comissão.

BENS DE CARÁTER PERMANENTE (PATRIMÔNIO)

A Gestão Patrimonial compreende as atividades de tombamento, registro, guarda, controle, movimentação, preservação, baixa, incorporação e inventário de bens móveis, provenientes de aquisição no mercado interno e externo, e de doações, que incorporam o acervo patrimonial, assim como a indicação de servidores como responsáveis, no âmbito das unidades gestoras.

Diante dessas atividades, foi possível verificar o cumprimento dos procedimentos patrimoniais, conforme apresentado:

Diante de apontamentos realizados em quadrimestre anterior, foi possível constatar que há termos responsabilidade para guarda e administração dos bens patrimoniais disponibilizados a cada setor.

Os termos de responsabilidade estão assinados e com a relação de todos os bens.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Para cada bem de caráter permanente, há servidor designado para guarda e administração, conforme manda o art. 94 da lei nº 4.320/64.

A última atualização do termo de responsabilidade ocorreu 28/05/2019. Dessa forma, recomendo que o termo de responsabilidade seja atualizado de forma anual.

PROTOCOLO

No que se refere ao setor de protocolo da prefeitura municipal foi constatado o seguinte:

O protocolo é feito pelos responsáveis pela tributação, não há um setor específico de protocolo.

Constata-se que o setor de protocolo ainda não é informatizado, é feito por registro em livro.

Verifica-se que as Secretarias e Diretorias municipais não possuem o livro de controle de trâmite de documentos e processos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

TRIBUTAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

Página: 1/1

4rtecnologia

BALANCETE COMPARATIVO CONTABILIDADE X TRIBUTOS - PERÍODO 01/01/2021 À 31/08/2021

Ficha	Receita	Descrição	A Contabilidade	B Tributos	C = A-B Diferença	Crítica de Lote	Digitação Receita
2	1113.03.4.1.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMI	15.900,05	0,00	15.900,05	0,00	15.900,05
3	1118.01.1.1.01.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL URBANA	53.407,96	53.407,96	0,00	0,00	0,00
4	1118.01.1.1.02.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA	4.973,82	4.973,82	0,00	0,00	0,00
5	1118.01.1.2.00.00	IPU - MULTAS E JUROS	11,58	11,58	0,00	0,00	0,00
6	1118.01.1.3.00.00	IPU - DÍVIDA ATIVA	22.891,34	22.891,34	0,00	-69,00	-69,00
7	1118.01.1.4.00.00	IPU - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	5.972,84	5.972,84	0,00	-10,87	-10,87
8	1118.01.1.9.00.00	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA D.A IPTU	2.096,12	2.096,12	0,00	-4,67	-4,67
9	1118.01.4.1.00.00	ITBI - IMPOSTO S/ TRANSM. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS - PRI	26.778,56	26.778,56	0,00	0,00	0,00
14	1118.02.3.1.00.00	ISSQN - IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	9.406,77	9.579,07	-172,30	172,30	0,00
15	1118.02.3.2.00.00	ISSQN - MULTAS E JUROS	24,59	25,43	-0,84	0,84	0,00
19	1128.01.9.1.01.00	TAXA DE LICENÇA PARA FUNC. DO ESTABELECIMENTO	3.252,33	3.252,33	0,00	0,00	0,00
20	1128.01.9.1.02.00	TAXA DE FUNC. DE ESTAB. EM HORÁRIO ESPECIAL	32,20	32,20	0,00	0,00	0,00
24	1128.01.9.3.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - DÍV	795,95	795,95	0,00	0,00	0,00
25	1128.01.9.4.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - DÍV	308,01	308,01	0,00	0,00	0,00
26	1128.01.9.9.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - DÍV	103,36	103,36	0,00	0,00	0,00
27	1128.02.9.1.01.00	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	12.543,61	12.543,61	0,00	0,00	0,00
29	1128.02.9.1.99.00	OUTROS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	7.643,20	7.643,20	0,00	0,00	0,00
30	1128.02.9.2.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS E JUROS	3,37	3,37	0,00	0,00	0,00
31	1128.02.9.3.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA	5.376,69	5.376,69	0,00	0,00	0,00
32	1128.02.9.4.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E	1.643,34	1.643,34	0,00	0,00	0,00
33	1128.02.9.9.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - ATUALIZA	573,69	573,69	0,00	0,00	0,00
93	1928.02.9.1.01.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	2.296,98	2.296,98	0,00	0,00	0,00
5325	5325.00.0.0.00.00	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	84,84	84,84	0,00	0,00	0,00
Total:			176.121,20	160.394,29	15.726,91	88,60	15.815,51

Conforme análise há divergência entre o lançado na contabilidade com o lançado na tributação, diferença que soma o valor R\$ 15.815,51

Recomendo o setor de tributação averiguar o motivo de ter lançado valor a menor e que proceda a correta contabilização dos valores.

ARQUIVO

As instalações físicas são insuficientes para o arquivo, o espaço é pequeno, os documentos estão entulhados e a iluminação é pouca. A dispersão dos arquivos aglomeram os documentos em acondicionamentos insatisfatórios, com risco de degradação rápida dos arquivos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONTROLE INTERNO

A gestão fiscal de abrangência contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, as ações de verificação dos procedimentos operacionais, examinando quanto ao atendimento dos princípios constitucionais, quanto à legalidade, moralidade, impessoalidade, primando pela eficiência nos atos de gestão do erário público, realizada no âmbito da Prefeitura Municipal de Pracinha, referente ao período de maio a agosto de 2021, apesar dos achados e inconsistência de menor relevância e comentários sobre algumas deficiências, tecidos ao longo do relatório apresentado, foi exercida regularmente, não tendo conhecimento de qualquer fato que desabone gravemente a conduta de servidor ou agente político ou que comprometa a gestão deste órgão, que mantém em ordem a coisa e os recursos públicos postos à sua guarda e administração. Observa-se ainda, por meio dos acompanhamentos realizados até o momento, que as recomendações e determinações expedidas pelo Controle Interno são objeto de atenção e ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

É o relatório.

Pracinha, 22 de setembro de 2021.

LUCAS BELLIZOTTI DO AMARAL MORENO
CONTROLADOR INTERNO